

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	27
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	28
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	29
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	30
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	32
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	33
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	42.035.876	94.751.500	70.230.442
1.01	Ativo Circulante	42.035.376	91.901.000	70.229.942
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.293	789.204	6.296.594
1.01.03	Contas a Receber	41.965.786	89.705.820	63.920.814
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.297	1.756	12.534
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	1.404.220	0
1.02	Ativo Não Circulante	500	2.850.500	500
1.02.02	Investimentos	500	2.850.500	500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	42.035.876	94.751.500	70.230.442
2.01	Passivo Circulante	41.805.351	50.682.599	22.705.043
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.103	22.420	0
2.01.02	Fornecedores	2.423	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	325	73.994	8.999
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.586.470	43.711.830	17.345.808
2.01.05	Outras Obrigações	200.030	6.874.355	5.350.236
2.02	Passivo Não Circulante	0	43.691.582	47.191.817
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	43.691.582	47.191.817
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.850.000	0
2.02.01.02	Debêntures	0	40.841.582	47.191.817
2.03	Patrimônio Líquido	230.525	377.319	333.582
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000	10.000	10.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.000	2.000	0
2.03.04.01	Reserva Legal	2.000	2.000	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	218.525	365.319	323.582

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.605.149	45.861.391	10.976.904
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-24.044.457	-44.350.930	-10.423.647
3.03	Resultado Bruto	2.560.692	1.510.461	553.257
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.456.024	-1.321.074	-31.560
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.456.024	-1.321.074	-31.560
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	104.668	189.387	521.697
3.06	Resultado Financeiro	4.816	-131.839	-67.785
3.06.01	Receitas Financeiras	9.804	620	13.368
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.988	-132.459	-81.153
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.484	57.548	453.912
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.278	-13.811	-130.330
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	83.206	43.737	323.582
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	83.206	43.737	323.582

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	83.206	43.737	323.582
4.03	Resultado Abrangente do Período	83.206	43.737	323.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66.379.610	21.604.062	-47.854.517
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	66.379.610	21.604.062	-47.731.179
6.01.03	Outros	0	0	-123.338
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.850.000	-2.850.000	-500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.966.521	-24.261.452	54.150.611
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-736.911	-5.507.390	6.295.594
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	789.204	6.296.594	1.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.293	789.204	6.296.594

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	0	2.000	365.319	0	377.319
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	0	2.000	365.319	0	377.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-230.000	0	-230.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-230.000	0	-230.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	83.206	0	83.206
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	83.206	0	83.206
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	0	2.000	218.525	0	230.525

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	0	0	323.582	0	333.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	0	0	323.582	0	333.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.737	0	43.737
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.737	0	43.737
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.000	-2.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.000	-2.000	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	0	2.000	365.319	0	377.319

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000	0	0	0	0	1.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000	0	0	0	0	1.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.000	0	0	0	0	9.000
5.04.01	Aumentos de Capital	9.000	0	0	0	0	9.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	323.582	0	323.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	323.582	0	323.582
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	0	0	323.582	0	333.582

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	26.605.149	45.861.391	10.976.904
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.308.468	-1.210.416	-31.560
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.296.681	44.650.975	10.945.344
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.296.681	44.650.975	10.945.344
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.804	620	13.368
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.306.485	44.651.595	10.958.712
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.306.485	44.651.595	10.958.712
7.08.01	Pessoal	121.457	84.824	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	167.610	105.737	157.963
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.934.212	44.417.297	10.477.167
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	83.206	43.737	323.582

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25



Monte Belo – MG, 28 de março de 2022.

Aos acionistas da

COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020.

A companhia é uma sociedade por ações constituída em 14 de novembro de 2018 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objeto social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) e certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25



Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09.

Atenciosamente,

COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

Diretor Presidente

Adriano Cobuccio

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 31 de dezembro de 2021.**1) Contexto Operacional**

A COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 14 de novembro de 2018, tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A companhia é tributa pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Monte Belo, estado de Minas Gerais, na Avenida Jorge Vieira, nº 257, bairro Centro, CEP: 37.115-000.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas pelo conselho de administração em 28 de março de 2022.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25

**2.2 Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas –

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25



PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

Notas Explicativas

COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

CNPJ: 32.372.085/0001-25



3) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25

**4.2 Reconhecimento de receita****i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25

**4.4 Impostos e contribuições****i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25

**4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25

**4.13 Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Geral	3.475	3.475
Bancos c/ movimento	45.623	719.456
Bancos CRA		60.455
Bancos CRI		1.192
Aplicações financeiras	3.195	4.626
Total de caixa e equivalentes de caixa	52.293	789.204

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25

**6) Direitos creditórios a receber**

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, imobiliários, agronegócio, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Notas Explicativas

COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

CNPJ: 32.372.085/0001-25



Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Carteira lastro – Recebíveis do Agronegócio	26.601.160	33.179.276
Carteira lastro – Recebíveis Imobiliários	15.211.905	7.335.620
Carteira lastro – Direitos de créditos	152.721	
Créditos Antecipados Lojista		43.115.025
Carteira lastro – Debêntures		6.075.899
Total de Direitos creditórios a receber	41.965.786	89.705.820

7) Outras Obrigações

A conta “Outras obrigações” é composta pelo saldo de contas a pagar e de operações com lojistas, sendo composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar	34.392	3.157
Operações com lojistas	165.638	6.871.198
Total de Outras Obrigações	200.030	6.874.355

8) Títulos e Valores mobiliários

A conta “Títulos e valores mobiliários”, que faz parte tanto do passivo circulante quanto do passivo não circulante, é composta por Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA’s e Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s no passivo circulante, e Debêntures no passivo não circulante, estes que foram emitidos a fim de financiar as operações da companhia e encontram-se assim dispostos:

8.1) Títulos e Valores Mobiliários - Circulante

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Certificado de Recebíveis Imobiliários	15.033.819	7.318.628 (a)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	26.552.651	33.390.203 (b)
Total de Títulos e Valores mobiliários - Circulante	41.586.470	40.708.831

a. Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI

Descrição	31/12/2021
Certificado de Recebíveis Imobiliários	12.451.681
Remunerações Certificados Recebíveis Imobiliários	2.582.138
Total de Certificado de Recebíveis Imobiliários	15.033.819

Notas Explicativas

COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

CNPJ: 32.372.085/0001-25



b. Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA

Descrição	31/12/2021
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	18.435.540
Remuneração dos Certificado de Recebíveis do Agronegócio	8.117.111
Total de Certificado de Recebíveis do Agronegócio	26.552.651

9) Patrimônio líquido

Capital Social – O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva de Lucros – A companhia possui reserva de lucros no valor de R\$ 218.525 (duzentos e dezoito mil e quinhentos e vinte e cinco reais) que estão à disposição da administração para futuras distribuições.

Reserva legal – A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

10) Resultado operacional líquido

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	2.560.692	1.510.461
Receita de Securitização	26.605.149	45.861.391
(-) Custo de captação	(23.919.579)	(44.277.238)
(-) COFINS	(107.422)	(63.391)
(-) PIS	(17.456)	(10.301)
Despesas operacionais	(2.456.024)	(1.321.074)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.456.024)	(1.321.074)
Resultado operacional líquido	104.668	189.387

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25

**11) Resultado financeiro líquido**

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras	9.804	620
Receitas aplicações financeiras	40	18
Juros Ativos	9.764	602
Despesas Financeiras	(4.988)	(132.459)
Despesas bancárias	(4.973)	(132.429)
Juros e IOF	(15)	(27)
Encargos financeiros		(3)
Resultado financeiro líquido	4.816	(131.839)

12) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

Direitos Creditórios (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Notas Explicativas**COBUCCIO SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

CNPJ: 32.372.085/0001-25



Títulos e valores mobiliários (nota 8): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Monte Belo - MG, 28 de março de 2022.

Adriano Cobuccio
Diretor Presidente

Vitor Augusto Bazzo Fagundes
Contador
CRC PR 076.141

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Proposta de Orçamento de Capital

A Companhia declara não possuir proposta de Orçamento de Capital.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos administradores e acionistas da:
COBUCCIO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.
Monte Belo – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COBUCCIO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COBUCCIO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 8)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. As emissões de certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários estão todas devidamente registradas perante a CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Com relação às emissões de debêntures, estas encontram-se devidamente registradas na Junta do estado, na CVM (comissão de valores mobiliários) e publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários e debêntures, verificando os procedimentos corretos para que esses valores mobiliários estejam devidamente lastreados em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração dos valores mobiliários para a data base de 31 de dezembro de 2021.

Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 12)

As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, do agronegócio e comerciais, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e reaquisição dos direitos creditórios, prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perdas financeiras. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2021, onde promovemos testes relacionados a idade dos respectivos, títulos e testes de liquidações subsequentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Blumenau-SC, 29 de março de 2022.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC “S” MG
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR 051.229/O-8 “S” MG

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC “S” MG
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 “S” MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Monte Belo-MG, 29 de março de 2022.

DIRETORIA

Adriano Cobuccio

Diretor Presidente

Luis Claudio dos Santos Cobuccio

Diretor Vice-Presidente

Diego Luiz Teixeira

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de setembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter visto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 29 de março de 2022, referente ao período de 31 de dezembro de 2021.

Monte Belo-MG, 29 de março de 2022.

DIRETORIA

Adriano Cobuccio

Diretor Presidente

Luis Claudio dos Santos Cobuccio

Diretor Vice-Presidente

Diego Luiz Teixeira

Diretor de Relações com Investidores